



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA AMBIENTAL
MESTRADO EM ECOLOGIA DE ECOSISTEMAS COSTEIROS E
ESTUARINOS



SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR

A PESCA ARTESANAL E O FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE:

UM ESTUDO SOBRE O FINANCIAMENTO CONCEDIDO AOS PESCADORES
ARTESANAIS DA REGIÃO BRAGANTINA

BRAGANÇA, PA
2008

SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR

**A PESCA ARTESANAL E O FUNDO CONSTITUCIONAL DO
NORTE:**

UM ESTUDO SOBRE O FINANCIAMENTO CONCEDIDO AOS PESCADORES
ARTESANAIS DA REGIÃO BRAGANTINA

Dissertação de Mestrado apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos. Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental do Instituto de Estudos Costeiros do Campus Universitário de Bragança. Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof^a. Dra. Zélia Maria Pimentel Nunes.

BRAGANÇA, PA
2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Campus Universitário de Bragança - Biblioteca Prof. Armando Bordallo da Silva

Silva Junior, Sebastião Rodrigues da,

A Pesca artesanal e o fundo constitucional do Norte: um estudo sobre o financiamento concedido aos pescadores artesanais da região bragantina; orientador, Profa. Dra. Zélia Maria Pimentel Nunes. - 2008.

Dissertação (Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos) – Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança, Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental Bragança, 2008.

1. Pesca artesanal- Bragança (PA). 2. Pesca- Aspectos sociais- Bragança (PA) 3. Fundo Constitucional do Norte (Brasil). I. Título.

CDD - 21. ed.: 639.2098115

SEBASTIÃO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental: Curso de Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos da Universidade Federal do Pará (UFPA)

FICHA DE APROVAÇÃO

Aprovado em 25/03/2008

BANCA EXAMINADORA:

(Prof^a Dr^a ZÉLIA MARIA PIMENTEL NUNES - Orientadora)
Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança (UFPA)

(Prof^a Dr^a MARIA CRISTINA MANESCHY)
Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
(Membro titular)

(Prof. Dr. KEID NOLAN SILVA SOUSA)
Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança (UFPA)
(Membro titular)

(Prof. Dr. SERGIO CARDOSO DE MORAES)
Universidade Federal do Pará – Campus Universitário de Bragança (UFPA)
(Membro titular)

Aos pescadores artesanais que entrevistei e que contribuíram significativamente com a realização deste trabalho e a todos os pescadores, que com suor, sangue e lágrimas retiram do mar o sustento de muitas famílias.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental pela oportunidade de realizar este trabalho.

A Faculdade de Educação pela possibilidade de conciliar as atividades docentes com o tempo dedicado a pesquisa.

Aos professores pela oportunidade da troca de conhecimentos.

Aos colegas de turma (Milena, Adriana, Kleberson, Tércio, Luciano(s), Gabi, Eusébio, Marcilena, Jaime) pelos momentos de alegria, descontração, discussão e aprendizado.

A Norma, colega de trabalho, estudos, pesquisa, dúvidas, pelo seu espírito humano e incentivador.

Ao Diogo, Bill, Everton, Andreilton, Joelson, Luciane, Lene e Roberto, pela colaboração na coleta dos dados, um abraço especial.

A Débora, Juliane, Roberta, Prof. Keid, Sergio, Francisco, por contribuírem para o aperfeiçoamento do trabalho.

Aos técnicos da Emater e Basa, pelas informações.

A professora Zélia (colega/professora/orientadora), que apesar das diferenças, aceitou o desafio de me orientar e pela oportunidade do aprendizado que consegui obter com a nossa convivência. Muito obrigado.

A companheira de trabalho e amiga Joana d'Arc, por dividir os desafios da academia.

A companheira Edileusa, por dividir comigo as angustias, alegrias, tristezas e sucessos da vida.

Ao Edgar, motivo de inspiração, paixão, alegria.

*“As velas do mucuripe
Vão sair para pescar
Vão levar as minhas magoas
Pras águas fundas do mar”
(Belchior e Fagner)*

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar os impactos sociais, econômicos e sócio-ambientais do financiamento concedido aos pescadores artesanais do município de Bragança, Pará, com recursos do Fundo Constitucional do Norte - FNO. Em Bragança, a atividade pesqueira responde por grande parte da economia do município, representada tanto pela pesca industrial com pela pesca artesanal, no entanto, sua maior expressividade está na captura artesanal. Dada a importância econômica e social da categoria, se coloca a necessidade de garantir sua reprodução social, mediante ações que lhe permitam não apenas fazer frente aos desafios do mar, mas os meios necessários ao exercício de uma vida digna. A área em estudo localiza-se no litoral norte brasileiro das reentrâncias do Pará e do Maranhão, caracterizada por clima quente (média mensal de 26°C) e vegetação dominada por manguezal, que representa cerca de 53% do total do país. O trabalho de campo foi desenvolvido a partir do levantamento de informações junto ao agente financiador, BASA - Banco da Amazônia. Posteriormente, entrevistou-se 38 de um total de 192 pescadores financiados. Com estes foi utilizado um questionário semi-estruturado, onde se colheu informações sobre o perfil socioeconômico, artes de pesca utilizadas, produção pesqueira, tempo de atividade, assim como sua opinião em relação ao financiamento que haviam realizado. Observou-se que: i) os pescadores beneficiários visualizavam o crédito como uma ajuda a sua própria condição mas que não correspondeu às suas expectativas; ii) várias associações de pescadores foram criadas mais pela necessidade de obtenção do crédito do que pela organização da categoria; iii) aumentaram sua capacidade de produção com a obtenção da embarcação motorizada, porém tal fato não significou um aumento na renda familiar a médio prazo; iv) o número de embarcações aumentou, mas não acarretou um aumento sustentável na produção pesqueira. Conclui-se que este financiamento teve seus limites, que levaram ao insucesso, em relação aos objetivos do FNO, como fundo de desenvolvimento local e regional. Tais limites foram: a elaboração dos projetos sem participação efetiva dos pescadores; ausência de assistência técnica contínua, baixa escolaridade e pouca organização e participação política dos pescadores.

PALAVRAS-CHAVES: PESCA ARTESANAL, POLÍTICAS PÚBLICAS, IMPACTOS SOCIAIS, IMPACTOS ECONÔMICOS, IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS.

ABSTRACT

The purpose of this work is to analyse social, economical and environmental impacts of the financing granted to craft fishermen from municipal district of Bragança, Pará, with resources of North Constitutional Fund — FNO. In Bragança, the fishing activity is the principal source of the municipal district economy, represented by industrial and craft fishing, however, the craft capture is more significant. Taking into consideration the economical and social importance of this category, it's necessary to guarantee its social reproduction, through actions that allow to it to face challenges of the sea, and provide necessary ways to a condign life. The area in study is located in the north Brazilian coast, in reentrances of Pará and Maranhão, characterized by hot climate (monthly average of 26°C) and vegetation dominated by swamp area covered with mangroves, representing about 53% of the total area in the country. The field work was developed through survey of informations with the financier agent: BASA — Amazonian Bank. Then, it was interviewed 38 of the 192 financed fishermen. A semi-structured questionnaire was used, toward to gather informations about socioeconomic profile, fishing features, fishing production, time of activity, as well as theirs opinions in relation to the financing that they had accomplished. It was observed that: i) the financed fishermen visualized the credit with help her condition but that didn't correspond to their expectations; ii) several associations of fishermen were created more by the need of obtaining of the credit than for the organization of the category; iii) they increased his production capacity with the obtaining of the motorized embarkation, however such didn't mean an increase in the medium term family income; iv) the number of embarkations increased, but it didn't cart a maintainable increase in the fishing production. It follows that this financing had their limits, which took to the failure, in relation to the objectives of FNO, as fund of local and regional development. That limits were: the elaboration of projects without effective participation of fishermen; absence of technical and continuous support; low schooling and little organization and political participation of the fishermen.

KEY WORDS: FISHING ACTIVITY, PUBLIC POLITICS, SOCIAL IMPACTS, ECONOMICAL IMPACTS, ENVIRONMENTAL IMPACTS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa da Planície Costeira de Bragança.	18
Figura 2. Barcos financiados pelo FNO, no porto de Caratateua, Bragança, PA	21
Figura 3. Participação por município das operações do FNO realizadas na região bragantina entre 1996 e 2000.	22
Figura 4. Número total de operações financeiras realizadas entre 1996 e 2000, na região bragantina, destaque para Bragança.	22
Figura 5. Número de operações de realizadas e número de inadimplentes na região bragantina, no período de 1996 a 2000.	23
Figura 6 - Tempo dedicado a atividade pesqueira dos beneficiados pelo FNO, na região bragantina.	24
Figura 7. Faixa etária dos pescadores beneficiados pelo FNO, na região bragantina.	24
Figura 8. Escolaridade dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.	25
Figura 9. Local de origem dos pescadores beneficiados pelo FNO, na região bragantina.	25
Figura 10. Composição familiar dos pescadores beneficiados pelo FNO, na região bragantina.	26
Figura 11. Posse de eletrodomésticos pelos beneficiados pelo FNO na região bragantina, em percentagem.	26
Figura 12. Principais atividades econômicas exercidas pelos pescadores beneficiados pelo FNO, na região bragantina.	27
Figura 13. Artes de pesca utilizadas pelos pescadores beneficiados pelo FNO, na região bragantina.	27
Figura 14. Produção de pescado em kg obtida por viagem dos pescadores beneficiados pelo FNO, na região bragantina.	28
Figura 15. Renda mensal em reais, dos pescadores beneficiados pelo FNO, na região bragantina.	28
Figura 16. Entidades de classe nas quais são filiados os pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.	29
Figura 17. Principais causas da inadimplência dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.	30
Figura 18 Embarcação financiada pelo FNO. Ponte Sapucaia, Bragança, PA.	30
Figura 19. Visão dos pescadores sobre as mudanças na pesca após a obtenção do financiamento do FNO.	31
Figura 20. Influência do financiamento na qualidade de vida dos pescadores.	33
Figura 21. Frota pesqueira cadastrada na região bragantina, entre 1996 a 2006.	36
Figura 22. Produção pesqueira e número de embarcações, no período de 1996 a 2004.	37
Figura 23. Correlação entre a produção de pescado e o esforço de pesca.	37

SUMÁRIO

RESUMO	8
LISTA DE FIGURAS	10
I INTRODUÇÃO	12
II OBJETIVOS	16
2.1 GERAL	16
2.2 ESPECÍFICOS	16
III ÁREA DE ESTUDO	17
IV MATERIAIS E MÉTODOS	19
4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	19
4.2 PESQUISA DE CAMPO	19
4.3 ANÁLISE DOS DADOS	20
V RESULTADOS	21
5.1 O FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE - FNO, NA REGIÃO BRAGANTINA	21
5.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO BENEFICIÁRIO DO FNO NA REGIÃO BRAGANTINA	24
5.3 PERCEPÇÃO DO BENEFICIÁRIO DO FNO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE PESQUEIRA E AO FINANCIAMENTO	31
5.4 OS IMPACTOS DO FINANCIAMENTO	34
5.4.1 Impactos Sociais	34
5.4.2 Impactos Econômicos	35
5.4.3 Impactos Sócio-ambientais	36
VI DISCUSSÃO	39
6.1 A REALIDADE DA PESCA ARTESANAL E A LÓGICA DO FINANCIAMENTO	39
VII CONCLUSÕES	47
VIII CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
ANEXO	

I INTRODUÇÃO

A exploração dos recursos pesqueiros é uma atividade humana que auferir importância tanto pela fonte de proteína, que o recurso pesqueiro fornece como pela questão econômica que ela enseja. Na região amazônica, esta atividade envolve um universo de populações ribeirinhas e costeiras, cuja sustentabilidade social e econômica está fundamentada nas relações estabelecidas com o rio e com o mar (FURTADO, 1997).

No litoral nordeste paraense, a pesca constitui a principal atividade econômica para as famílias de pescadores artesanais, que têm na captura dos recursos pesqueiros, peixes, caranguejos, camarões, mexilhões, entre outros, uma forma de garantir sua reprodução social, assim como a possibilidade de explorar comercialmente esses recursos. Bragança é o terceiro maior porto pesqueiro do Estado, com produção industrial e artesanal. No entanto, a maior expressividade deste setor está na pesca artesanal (SILVA, 2004; BRAGA, 2002).

Vale destacar as diferenças existentes entre a pesca artesanal e a industrial. A pesca artesanal se caracteriza por utilizar tecnologia simples, como o uso de anzol e redes, embarcações pequenas, de 3 a 8 metros, impulsionadas pelo vento (à vela) ou embarcações de 8 a 12 metros funcionando com motores de baixa propulsão, levando cerca de 3 a 4 pescadores, geralmente restritos ao grupo familiar ou constituído por fortes relações de amizade. A pesca industrial, por sua vez, se caracteriza pelo uso de embarcações grandes, maiores que 15 metros, com autonomia para ficar de 10 a 30 dias ou mais em alto mar, pelo uso de alta tecnologia como os aparelhos que facilitam a localização dos cardumes, pelo número maior de pescadores, com funções especializadas, seguindo o modelo empresarial (MALDONADO, 1984).

O destino da produção também é outra questão a ser destacada. Enquanto a produção industrial de larga escala está direcionada à exportação, dentro da lógica do mercado, a pesca artesanal é basicamente direcionada ao consumo das famílias dos pescadores e ao abastecimento do mercado interno (SILVA, *op. cit.*)

Tais elementos levam a refletir sobre os desafios que a atividade pesqueira enfrenta, especialmente, os pescadores artesanais. Devido à importância econômica e social desta categoria, enfatiza-se a necessidade de garantir sua reprodução social, mediante ações que lhes permitam não apenas fazer frente aos desafios do mar, mas a aquisição dos meios necessários ao exercício de uma vida digna.

Um estudo sobre a organização socioeconômica da Vila de Ajuruteua (Bragança, PA) destacou as dificuldades de reprodução social enfrentadas pelos pescadores, em virtude da

forma de organização da produção e da dependência do sistema de comercialização (MANESCHY, 1995).

De acordo com a autora,

“O esquema de comercialização, apoiado na estreita dependência do pescador ao intermediário, deprime ainda mais sua renda. O valor de seu produto, já depreciado no mercado, tem de remunerar diferentes agentes da comercialização, de modo que os resultados monetários da pesca, em geral, situam-se para os pescadores, em níveis inferiores aos dos salários dos trabalhadores da indústria” (MANESCHY, *op.cit.*).

Neste sentido, que perspectiva tem o pescador artesanal diante dos desafios que sua atividade apresenta? Como capitalizar-se sem o apoio do intermediário? Tais questões permitem questionar a condução das políticas destinadas ao setor pesqueiro.

Segundo Leitão (1995), nas últimas décadas, as políticas direcionadas ao setor pesqueiro foram seletivas, ou seja, privilegiaram o segmento empresarial em detrimento do artesanal. A partir da criação da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE (1962), a política de desenvolvimento do setor foi pautada pela estruturação do parque industrial com pouca ou nenhuma atenção à pesca artesanal (LEITÃO, *op. cit.*).

Nos anos 70, no Estado do Pará houve um grande incentivo à pesca industrial com recursos financiados pelo poder público, cuja produção era destinada a exportação do pescado. Tal política levou a um profundo desequilíbrio na exploração dos recursos e gerou profundas transformações na produção pesqueira (MELLO, 1994).

Em 1974, com a criação do Plano de Assistência à Pesca Artesanal – PESCART, criou-se um programa destinado ao pescador artesanal, ainda assim, de forma incipiente (LEITÃO, *op. cit.*). Essa autora considera que qualquer política direcionada ao setor pesqueiro artesanal precisa levar em conta as especificidades deste tipo de pesca, sazonalidade, captura incerta, intempéries, relações de reciprocidade, dependência do atravessador, entre outras.

Faz-se necessário discutir e avaliar tais características para que as propostas se aproximem da realidade da pequena produção pesqueira, levando em consideração não só a reprodução social do pescador, mas a sustentabilidade do recurso (LEITÃO, *op. cit.*).

Economicamente, as demandas do pescador artesanal remontam à dificuldade que o mesmo tem de manter a atividade por conta do custo elevado dos equipamentos de pesca e da sua baixa capacidade de capitalização (ROCHA, 1996). Nesses termos, percebe-se a

necessidade de uma política específica que possa garantir a reprodução social do pescador artesanal.

Do ponto de vista político é preciso garantir o espaço de atuação para todos. A presença de embarcações industriais operando nas áreas de atuação dos pescadores artesanais, além de ocasionar conflitos, pode comprometer a sobrevivência desses (ROCHA, *op. cit.*).

Do ponto de vista da sustentabilidade ecológica ou ambiental da pesca é preciso garantir os ciclos normais de crescimento e a reposição dos recursos pesqueiros. Para tanto, deve-se respeitar o tamanho mínimo de captura para cada espécie, a época de reprodução e as áreas de berçário. Isto é, áreas onde larvas e juvenis de peixes se alimentam e crescem.

Ao fazer um levantamento de pesquisas realizadas no âmbito da pesca artesanal na planície costeira de Bragança, percebe-se nos últimos anos a inexistência de trabalhos acadêmicos direcionados à discussão de programas governamentais de financiamento e incentivo à pesca artesanal.

Em consulta às dissertações do Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental, encontrou-se trabalhos relacionados à genética de peixes (SOUSA, 2002), lagostas (BARROS, 2002), moluscos, (SANTOS, 2003), biologia reprodutiva e estudos sobre dinâmica populacional pesqueira (GOCH, 2002; VALE, 2003; RODRIGUES, 2003), produtividade primária (CARVALHO, 2002) e etnoictiologia (BARBOZA, 2006). Em relação à questão socioeconômica, têm-se os trabalhos de Espírito Santo (2002), que fez uma caracterização do desembarque da frota pesqueira artesanal no estuário do rio Caeté, e de Braga (2002), que analisou o desembarque da frota industrial em Bragança. Sobre as questões sócio-ambientais têm-se os trabalhos de Guimarães (2005), Ribeiro (2007) e Oliveira (2007) que discutem sobre os reflexos da ocupação humana e o uso dos recursos naturais, na perspectiva do gerenciamento costeiro integrado.

Em relação ao financiamento da pesca artesanal, às relações estabelecidas entre os atores envolvidos, os impactos sociais, econômicos e sócio-ambientais causados por essa atividade são reduzidos os trabalhos nessa área. Cabral (2002) ao fazer uma abordagem sobre as políticas para o setor pesqueiro artesanal e a presença do pescador na construção e na implementação dessas políticas, discutiu a necessidade de participação efetiva deste pescador na definição das políticas públicas. Pois, essas políticas são dirigidas a esses atores.

Neste sentido, realizou-se um estudo sobre a questão do financiamento para a pesca artesanal com recursos oriundos do Fundo Constitucional do Norte – FNO. O fundo foi criado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, regulamentando o artigo 159 da Constituição

Federal de 1988. Os recursos do fundo são oriundos do Orçamento Geral da União que, anualmente, disponibiliza 1,5% de recursos para aplicação no FNO.

O FNO atua em toda região norte, através do Banco da Amazônia - BASA, com sede em Belém e demais agências espalhadas nos estados desta região. As taxas de juros variam de 6 a 10,75% para produtores rurais e de 8,75 a 14% para as demais operações. A Lei nº 10.177 de 12/01/2001 modificou a Lei nº 7.827 com a redução e a fixação dos juros, contemplando com 15% de bônus de adimplência ao beneficiário em dia com o pagamento.

O FNO tem como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região norte. As metas do FNO são: i) garantir maior eficácia na aplicação dos recursos, de modo a aumentar a produtividade dos empreendimentos; ii) gerar novos postos de trabalho; iii) elevar a arrecadação tributária e iv) melhorar a distribuição de renda (BRASIL, 2006).

No que diz respeito aos beneficiários o FNO:

'prima pelo atendimento aos setores produtivos com atendimento preferencial para mini e pequenos produtores rurais, micro e pequenas empresas que utilizem matéria-prima e mão-de-obra locais e produção de alimentos básicos para a população. Leva em conta ainda a preservação do meio ambiente.' (BRASIL, *op. cit*)

Neste contexto, este estudo se propõe a analisar os impactos sociais, econômicos e sócio-ambientais do financiamento concedido aos pescadores artesanais da região bragantina, com recursos do FNO, na segunda metade da década de 90, visando uma melhor compreensão dos aspectos que envolveram a execução desse financiamento.

Esse estudo se justifica ao abordar uma linha de financiamento destinada a pesca artesanal com enfoque acadêmico, dada a importância do setor pesqueiro em relação à economia do Município de Bragança e do Estado do Pará. Para tanto, foi elaborado um diagnóstico do financiamento da pesca artesanal da planície costeira de Bragança, como forma de subsidiar e discutir as políticas dirigidas ao desenvolvimento deste setor.

II OBJETIVOS

2.1 GERAL

- Investigar os impactos do financiamento do Fundo Constitucional do Norte - FNO concedido aos pescadores artesanais na planície costeira de Bragança, PA.

2.1 ESPECÍFICOS

- Caracterizar o processo de execução do Fundo Constitucional do Norte - FNO;
- Identificar os principais atores envolvidos;
- Identificar os principais impactos sociais, econômicos e sócio-ambientais oriundos deste financiamento.

III ÁREA DE ESTUDO

A planície costeira de Bragança localiza-se no litoral norte brasileiro, nas reentrâncias paraenses e maranhenses (Figura 1). É caracterizada por clima quente, com temperatura média mensal de 26°C e vegetação dominada por manguezal, que representa cerca de 53% do total do país, avançando em até 30km para o interior (MUHE, 1998).

O município de Bragança possui uma área de 2.333,7 km² e uma população de 93.779 habitantes, sendo 56.572 na zona urbana e 37.207 na zona rural (IBGE, 2001)¹. A economia está baseada no setor primário, representado pelo cultivo de roçados de subsistência, mandioca, feijão, milho, arroz, pimenta do reino, entre outros. A agropecuária está representada por médios e grandes proprietários através do cultivo do feijão caupi e da criação extensiva de gado.

O setor pesqueiro, representado tanto pela pesca industrial como pela pesca artesanal, faz de Bragança o terceiro porto de desembarque pesqueiro do Pará. Existem no município 5 fábricas de gelo, o que possibilita um melhor aproveitamento do pescado para comercialização dentro e fora do município (BRAGA, 2002).

Em relação às embarcações, o município conta com uma frota distribuída, entre canoas motorizadas, barcos de pequeno e médio porte e barcos industriais. As artes de pesca mais utilizadas pela pesca de pequena escala são armadilhas, linha e rede (ESPÍRITO SANTO, 2002). Na pesca industrial são utilizados espinhel com bicicleta, linha e anzol com caíco, redes malhadeira, lagosteira, serreira (BRAGA, *op. cit.*).

As espécies capturadas dependem da sazonalidade, do local e do esforço de pesca empregado. Segundo Espírito Santo (*op. cit.*) a pesca artesanal captura principalmente: *Macrondon ancylondon* (pescada gó), *Scomberomorus brasiliensis* (serra), *Bagre bagre* (bandeirado), *Cynoscion acoupa* (pescada amarela). Segundo Braga (*op. cit.*), a pesca industrial tem como principais espécies-alvos: *Lutjanus purpureus* (pargo), *Scomberomorus brasiliensis* (serra), *Cynoscion acoupa* (pescada amarela) e elasmobrânquios (tubarões).

¹ Segundo o órgão a estimativa para 2006 é de 103 mil habitantes.

IV MATERIAIS E MÉTODOS

Para avaliar os impactos do FNO buscou-se a caracterização desse programa, identificando seus beneficiários, os impactos sociais, econômicos e ambientais desse financiamento. O período analisado compreendeu os anos de 1996 a 2000, quando foram feitas as operações de créditos do referido financiamento pelo BASA. Neste sentido, o trabalho foi desenvolvido em duas etapas: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida entre abril e dezembro de 2005 e o trabalho de campo, entre agosto de 2006 a abril de 2007.

4.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Inicialmente, foi realizado um levantamento da literatura científica do tema em questão no banco de dados da CAPES, da Biblioteca da UFPA, do NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, do Museu Emílio Göeldi e das dissertações da Pós-Graduação em Biologia Ambiental – UFPA/Bragança. Esse levantamento serviu para verificar a abordagem acadêmica sobre o tema em questão.

Posteriormente, realizou-se um levantamento junto ao órgão financiador, o BASA, no qual procurou-se identificar os seguintes questionamentos: que linhas de financiamento foram implementadas para a pesca artesanal na região bragantina? Qual o montante destinado ao financiamento e qual o valor financiado? Quais os requisitos necessários (documentos, prazos, juros) para obtenção do financiamento? Qual o índice de adimplência e inadimplência? Quantos e quem foram os beneficiados? Tais questionamentos permitiram a melhor compreensão do processo que envolve a liberação de recursos públicos.

4.2 PESQUISA DE CAMPO

A seleção dos atores a serem entrevistados foi feita a partir de informações colhidas junto à agência local do BASA e ao Sindicato dos Pescadores Artesanais. A opção pelo município de Bragança ocorreu pelo fato deste apresentar o maior número de financiamentos na região. Neste sentido, foram entrevistados 38 pescadores beneficiados, utilizando-se para isso um formulário semi-estruturado (Anexo 1), contemplando membros de 8 das 10

associações² que foram atendidas pelo crédito no município. Nesse formulário foram colhidas informações sobre o perfil sócio-econômico, as artes de pesca utilizadas, a produção pesqueira, o tempo de atividade, assim como, a opinião do pescador em relação ao financiamento obtido.

Na identificação do público-alvo desta pesquisa, inicialmente, entrevistou-se o presidente do Sindicato dos Pescadores Artesanais que indicou as associações beneficiadas. Em seguida, foram entrevistados os presidentes destas associações e, posteriormente, outros associados.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

As informações coletadas foram classificadas e organizadas com a ajuda da planilha *Excel* e, posteriormente, transformadas em tabelas e gráficos, cuja análise e interpretação auxiliaram na compreensão dos resultados.

A identificação dos impactos sociais oriundos do financiamento do FNO baseou-se na análise da criação e do funcionamento das associações, cooperativas e sindicato, formados durante o período estudado. Procurou-se identificar as principais conseqüências na vida dos pescadores na organização de associações para obtenção de financiamentos.

Os impactos econômicos foram mensurados a partir dos benefícios econômicos que o financiamento gerou aos pescadores, seja pelo aumento de empregos, seja por um maior poder de captura, seja pelo nível de inadimplência.

Os impactos sócio-ambientais foram baseados no aumento do esforço de pesca e as conseqüências desse aumento nos estoques pesqueiros. As conseqüências sobre a produção foram analisadas a partir de dados da estatística pesqueira do IBAMA/CEPNOR, dos anos de 1996 a 2004 e pelos depoimentos dos pescadores entrevistados. O esforço de pesca foi considerado o número de embarcações que atua na região bragantina.

² Associação dos Pescadores Artesanais da Vila do Bonifácio, Associação dos Ruralistas e Pescadores da Vila Castelo, Associação dos Pescadores Artesanais de Bragança, Associação dos Pescadores Artesanais do Bairro da Aldeia, Associação Artesanal Pesqueira Bragantina, Associação de Pescadores Artesanais da Vila do Treme, Associação dos Pescadores Artesanais de Caratateua. Também foi entrevistada a Cooperativa Mista de Pesca Caeté Ltda.

V RESULTADOS

5.1 O FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE NA REGIÃO BRAGANTINA

Na região bragantina, o banco responsável pelo financiamento do FNO é o BASA, que atende aos municípios de Bragança, Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu. De acordo com dados do BASA, no período de 1996 a 2000 foram realizadas 237 operações de crédito destinadas à pesca artesanal. O valor total destas operações foi cerca de 3 milhões de reais, com uma média de R\$14.600,00 por operação. Do montante financiado, neste período, cerca de 86,1% das operações destinaram-se a aquisição de embarcações e de apetrechos de pesca, 13,5% para reforma de embarcações e apenas 0,4% para apetrechos (Figura 2).



Figura 2 - Barcos financiados pelo FNO no porto de Caratateua, Bragança, PA.
Fotos: PAIXÃO (2007).

A distribuição do montante das operações de financiamento por município está apresentada na Figura 3. Ao município de Bragança coube 81% do valor liberado para a região bragantina.

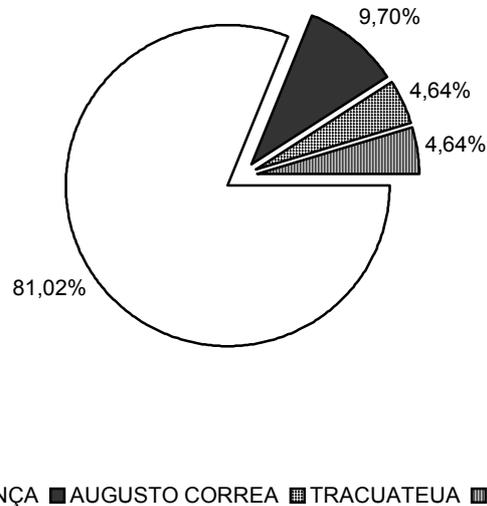


Figura 3 - Participação por município das operações do FNO realizadas na região bragantina entre 1996 e 2000. Fonte: BASA (2006).

Ao todo foram atendidas 13 associações na região bragantina e realizadas 237 operações de crédito. Destas, 192 foram de Bragança, totalizando cerca de R\$2.460.000 de crédito (Figura 4).

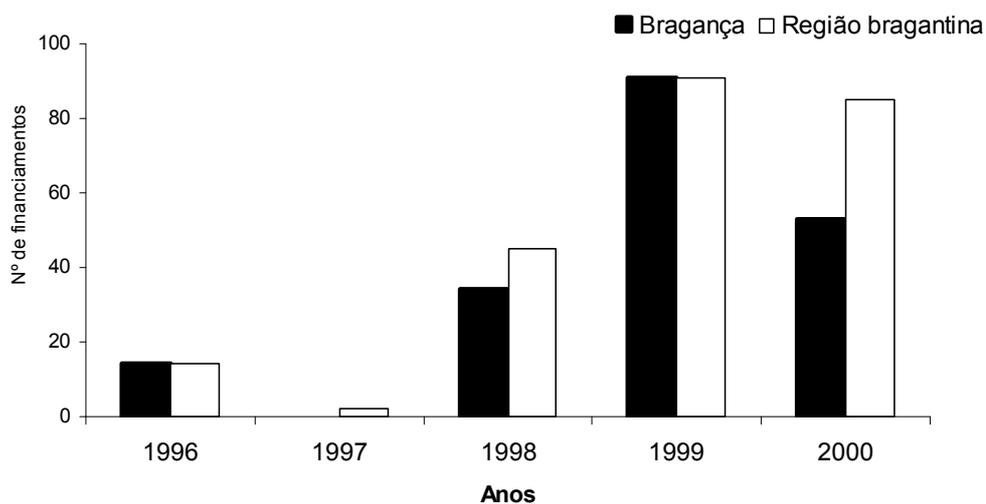


Figura 4 - Número total de operações financeiras realizadas entre 1996 e 2000 na região bragantina, destaque para Bragança.

Do total de operações realizadas na região bragantina apenas 1,2% são consideradas adimplentes. Cerca de 98,8% são considerados inadimplentes (Figura 5).

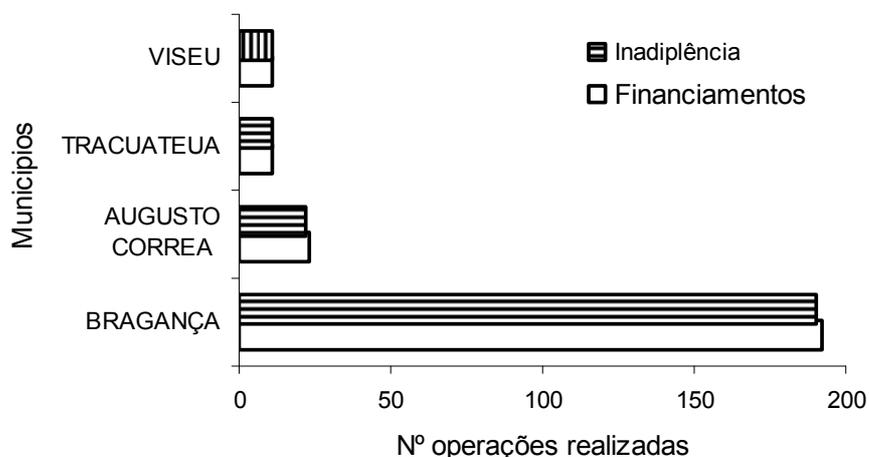


Figura 5 - Número de operações realizadas e número de inadimplentes na região bragantina, no período de 1996 a 2000.

Segundo o BASA, o prazo de pagamento deste financiamento era de 8 anos, com juros de 4% ao ano. O pagamento da primeira prestação foi efetuado 60 dias após a primeira viagem. O valor pago mensalmente variou de R\$200,00 a R\$300,00. No período de janeiro a março, durante o defeso, as prestações não foram cobradas.

A tabela 1 mostra como os recursos obtidos do FNO foram empregados. Cerca de 95% destinaram-se a aquisição de produtos e equipamentos e 5% empregado em serviços de terceiros (entralhe de redes). O cronograma de desembolso de pagamento da rubrica de produtos e equipamentos era feito diretamente à empresa fornecedora. O montante referente à mão-de-obra de entralhe era destinado ao pescador (Tabela 1).

Tabela 1- Distribuição dos recursos financeiros do FNO na região bragantina. Fonte: BASA (2006).

ITEM	%	Valor (R\$)
Produtos e equipamentos		
Embarcação	37	5.402,00
Motor	29	4.234,00
Rede e apetrechos	26	3.796,00
Equipamentos de segurança e navegação	3	438,00
Serviços		
Mão-de-obra (entralhe)	5	730,00
TOTAL	100	14.600,00

5.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO BENEFICIÁRIO DO FNO NA REGIÃO BRAGANTINA

A partir da amostra de 38 pescadores beneficiados com o financiamento pelo FNO observou-se que esse pescador vive dessa atividade há mais de vinte anos, ofício que aprendeu com o pai, quando criança (Figura 6). A faixa etária do beneficiado varia de 20 a 70 anos, com média de 50 anos (Figura 7).

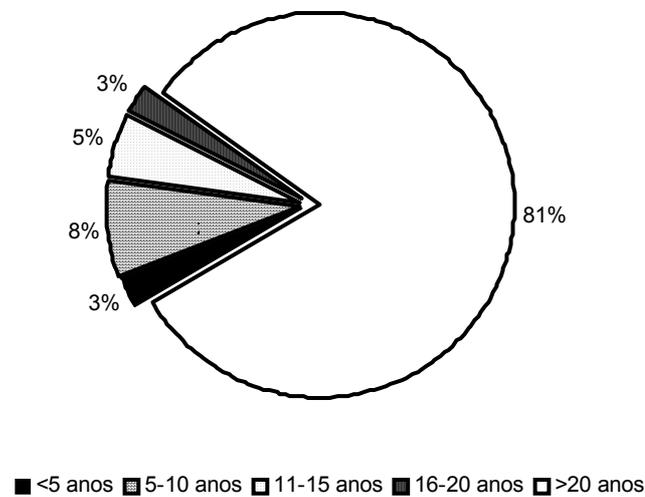


Figura 6 - Tempo dedicado a atividade pesqueira dos beneficiados pelo FNO na região bragantina.

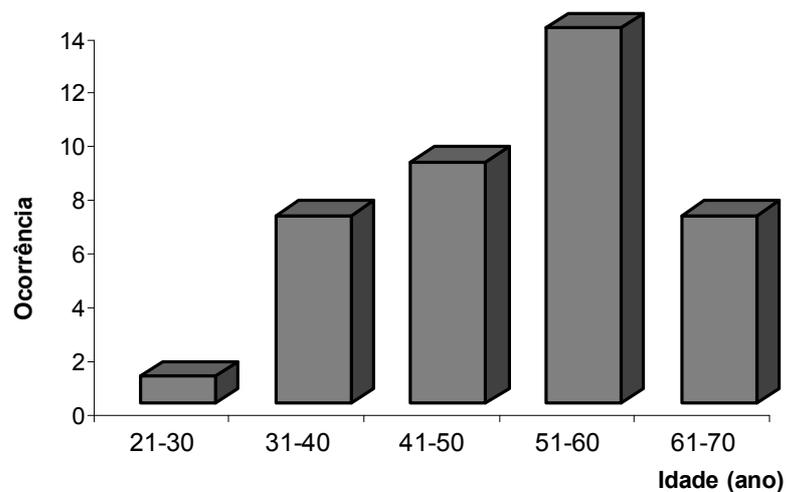


Figura 7 - Faixa etária dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

Cerca de 92% dos pescadores beneficiados pelo FNO possui o ensino fundamental incompleto, até a 4ª série (Figura 8).

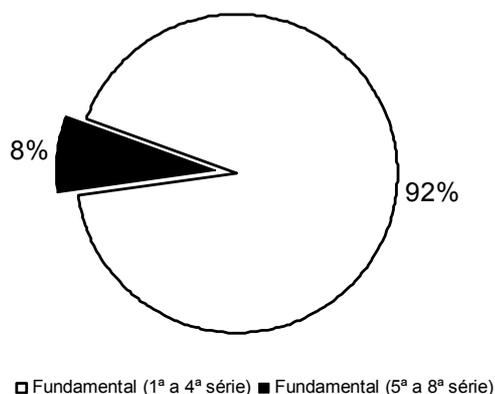


Figura 8 - Escolaridade dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

Cerca de 71% dos pescadores artesanais beneficiados com o financiamento do FNO são da região bragantina. Porém, cerca de 29% são oriundos de outros estados como Maranhão, Piauí e Ceará (Figura 9).

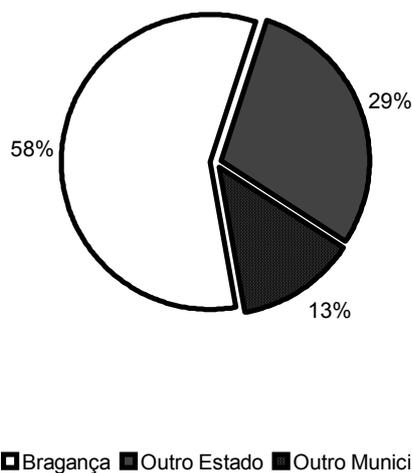


Figura 9 - Local de origem dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

A maioria dos beneficiados possuem casa própria, sendo 84% de alvenaria e 16% de madeira. A composição familiar é superior a 5 pessoas (Figura 10).

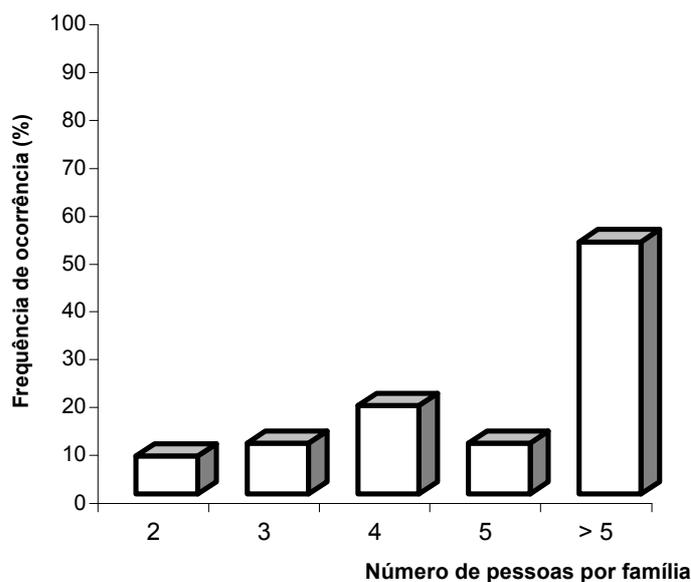


Figura 10 - Composição familiar dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

Em relação a posse de eletrodomésticos, percebeu-se que todos os pescadores beneficiados possuem um aparelho de televisão, no entanto, um número menor possuem antena parabólica e rádio. Já em relação aos utensílios de cozinha, verificou-se que a maioria possui fogão, 84,21% possuem geladeira e apenas 34,21% possuem liquidificador (Figura 11).

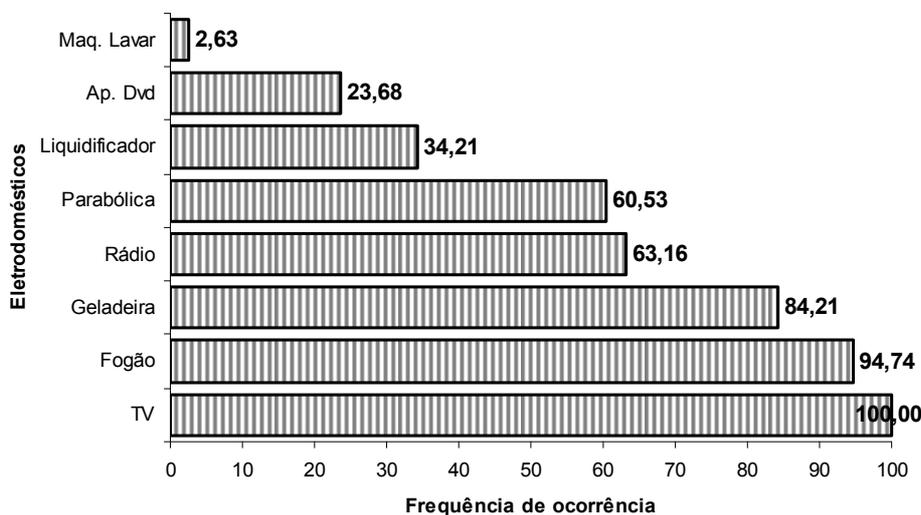


Figura 11 - Posse de eletrodomésticos pelos beneficiados pelo FNO na região bragantina em porcentagem.

A pesquisa revelou ainda que a maioria dos pescadores (74%) tem na pesca sua principal atividade econômica (Figura 12). Porém, há um número expressivo de

pescadores/comerciantes. Como ‘outras’ foram considerados os funcionários públicos e os tiradores de caranguejo.

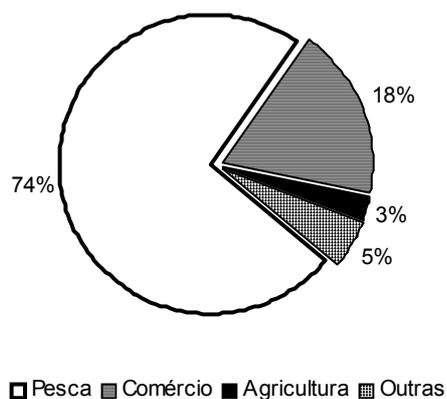


Figura 12 - Principais atividades econômicas exercidas pelos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

Durante as pescarias, cada pescador trabalha com cerca de 3 ou 4 companheiros. A arte de pesca mais utilizada é a rede malhadeira (Figura 13).

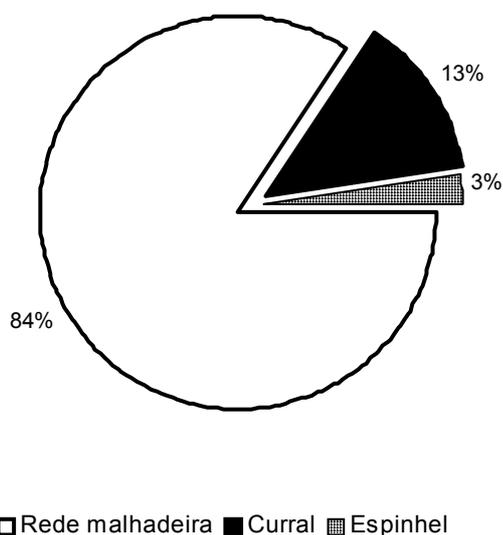
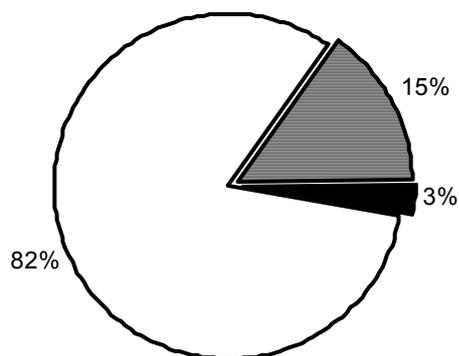


Figura 13 - Artes de pesca utilizadas pelos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

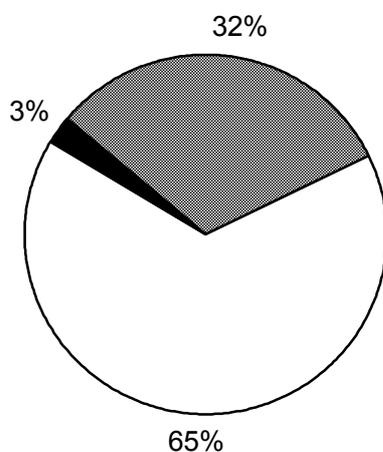
A quantidade de peixe capturado por viagem varia entre 100 e 500 kg. Somente 3% dos entrevistados obtêm uma produção acima de 1.000 kg por viagem (Figura 14).



□ 100-500 kg ■ 501-1000 kg ■ 1001-1500 kg

Figura 14 - Produção de pescado em kg obtida por viagem dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

Do total de pescadores entrevistados, 95% ainda possuíam as embarcações financiadas. Cerca de 97% dos entrevistados possuem renda de até R\$700,00 por mês (Figura 15).



■ < 350 □ 350-700 ■ 700-1050

Figura 15 - Renda mensal, em reais, dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

Dos pescadores entrevistados, a maioria é associada a uma entidade de classe. Desses, 75% estão filiados à Colônia de Pescadores Z-17 e 25% ao Sindicato dos Pescadores Artesanais de Bragança (Figura 16).

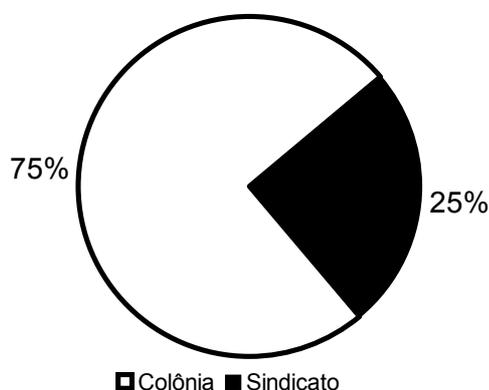


Figura 16 - Entidades de classe nas quais são filiados os pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

Em relação à dívida, a maioria (53%) dos pescadores pagou até 25% da mesma e apenas 13% pagou entre 50 e 100% (Tabela 2).

Tabela 2. Percentual de pagamento da dívida do financiamento do FNO.

Pagamento da dívida (%)	Número de Pescadores		
	Frequência	Frequência Relativa	Frequência
	Absoluta	(%)	Acumulada(%)
0-25	20	53	53
25-50	13	34	87
50-100	5	13	100

Em relação à inadimplência, o juro elevado do financiamento foi considerado uma das causas para cerca de 10% dos entrevistados, enquanto cerca de 33% deles tiveram problemas operacionais com a embarcação adquirida e 47% apontam a diminuição da produção do pescado como causa de inadimplência (Figura 17).

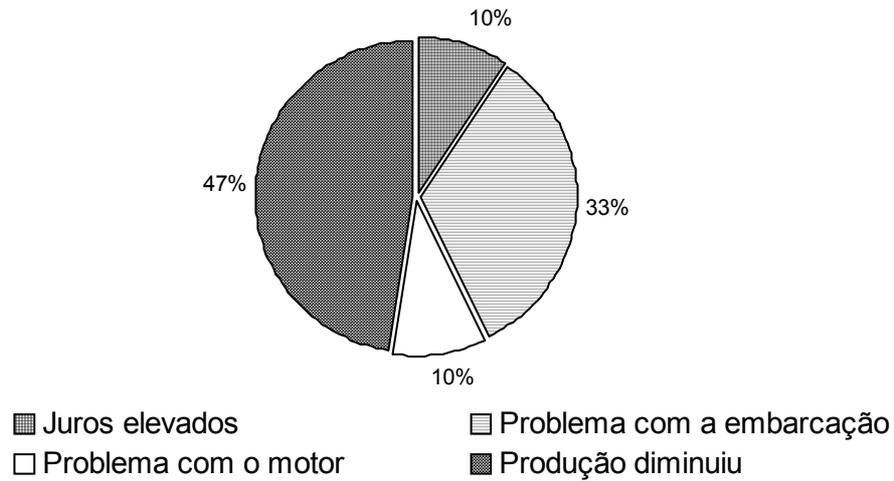


Figura 17 - Principais causas da inadimplência dos pescadores beneficiados pelo FNO na região bragantina.

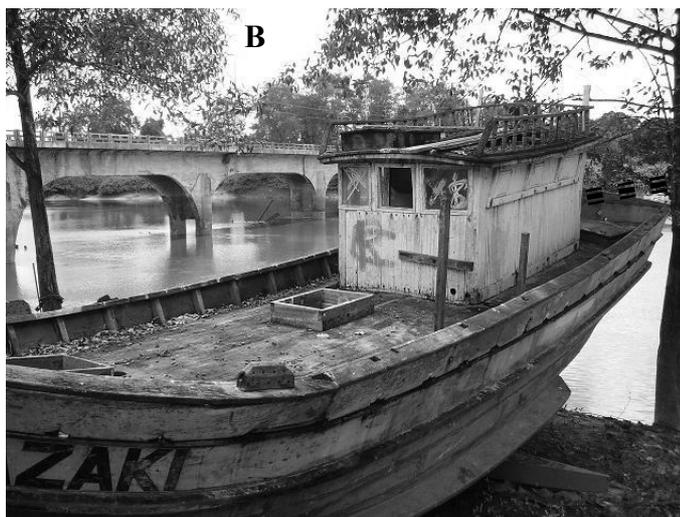


Figura 18 - Embarcação financiada pelo FNO. Ponte Sapucaia, Bragança, PA.

A - Problema no motor. B – Motor quebrado. Fotos: SILVA JUNIOR, 2007.

5.3 PERCEPÇÃO DO BENEFICIÁRIO DO FNO EM RELAÇÃO À ATIVIDADE PESQUEIRA E AO FINANCIAMENTO

Para os entrevistados, a atividade pesqueira pode ser conceituada como:

“Eu acho uma profissão boa. Gosto muito da pesca, vai e vem, saber da hora da maré, quando a gente vai pra ir rápido, vai de manhã e vem na enchente, é aqui perto mesmo. Quando a gente coloca gelo, 1.000 kg de gelo, a gente, aí já fica mais à vontade, e passa 5 dias” (Pescador A).

“Ah é um orgulho, é uma honra, pescador é um guerreiro, é um leão do mar, mas muito deles não dá valor, muitos dele não sabe a potência que eles tem. A gente sofre muito no mar, mas é gostoso, poder receber aquela brisa, poder comer aquele peixe natural, mas também sofre muito, depois que caba de puxar a rede aí vai descansar (...)” (Pescador B)

“Era uma profissão que eu pensava que era boa assim, como nós tamo aqui, o senhor sabe? Mas é uma vida complicada, não é assim que você chega, você tá aqui em cima da terra e tá tudo bem, não. A vida de pescador é uma vida muito complicada muito arriscada, a gente pra ser um pescador não é assim chegar e, vai hoje pra maré e se acostuma assim não, bota tempo” (Pescador D)

Percebe-se que esses pescadores consideram a profissão boa. Destacam o prazer, a liberdade, a sensação de estar no mar. Embora, destaquem também as dificuldades encontradas no cotidiano do mar devidos aos riscos que a atividade apresenta.

Segundo os entrevistados, após a obtenção do financiamento, ocorreram algumas melhorias na atividade pesqueira. A figura 19 apresenta as principais mudanças ocorridas na pesca após a obtenção do financiamento pelos pescadores. A aquisição da própria embarcação foi uma mudança positiva que ocorreu para 52% dos pescadores entrevistados.

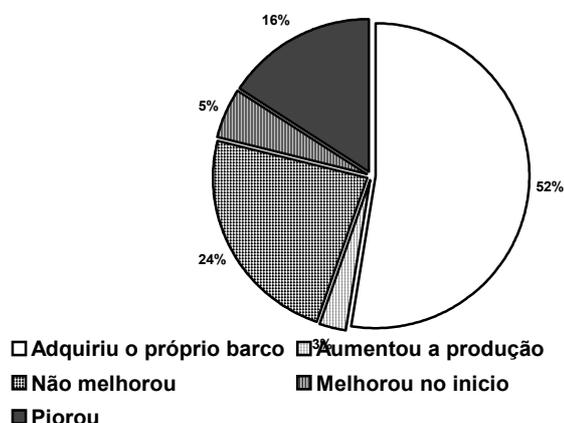


Figura 19 - Visão dos pescadores sobre as mudanças na pesca após a obtenção do financiamento do FNO.

Em geral, cerca de 60% dos entrevistados consideraram que após o financiamento houve mudanças significativas na atividade pesqueira. Essa opinião é reforçada pelos seguintes depoimentos:

“Melhorou de toda maneira, primeiro é que a gente ia pescar de canoa à vela. Aí quando o vento tava muito forte era ruim, quando num tinha vento a gente num ia” (Pescador C).

“Logo no começo melhorou bastante, por que eu não tinha rede, não tinha barco, eu trabalhava eu e mais 3 irmãos, melhorou pra gente, por que a gente não tinha rede, só tinha uma canoinha, aí dava pra ir mais longe pegar o peixe” (Pescador A)

Esses depoimentos destacam o uso da tecnologia como elemento facilitador para atividade que exercem. A aquisição da embarcação contribuiu para auferir melhor proveito na atividade.

“Melhorou nos negócio assim quando tava correndo, a rede tava boa e tudo, a gente tava trabalhando e tudo bom aí melhorou, mas só que a rede foro apodrecendo, a gente não remendou mais, não teve condição de comprar o tipo de rede, aí pronto decadência né” (Pescador B).

“Melhorou no início por que tinha condição, depois do 3º ano piorou” (Pescador G).

“Não melhorou por que o barco não correspondeu a expectativa” (Pescador I).

“Não melhorou por que fiquei devendo” (Pescador H).

No entanto, para estes quatros entrevistados a qualidade do material adquirido não correspondeu as expectativas, dificultando o trabalho, levando ao desânimo, a descrença no financiamento que haviam feito.

Na figura 20, observa-se que cerca de 42% dos pescadores entrevistados não apresentou melhora na qualidade de vida, cerca de 13,2 % consideraram que após o financiamento a qualidade de vida piorou. Para 39,5%, as condições de vida melhoraram. Cerca de 21% compraram ou reformaram a casa, outros adquiriram motocicleta ou um pequeno negócio (bar).

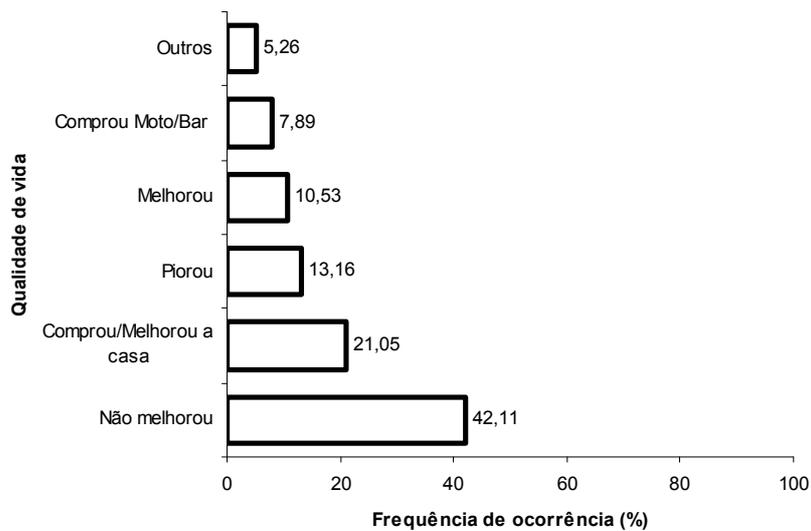


Figura 20 - Influência do financiamento na qualidade de vida dos pescadores.

Em relação às mudanças na qualidade de vida, pode-se destacar os seguintes depoimentos:

“No período que eu tava com o barco, trabalhando, que era eu mesmo que tava com ele, aí tava melhor, a situação melhorou. Deu, não deu pra adquirir muito, mas gente passava mais folgado, mais tranqüilo. alguma coisa que a gente queira comprar a gente comprava” (Pescador C).

“Melhorou por que os filhos têm trabalho” (Pescador M).

“Prá mim foi uma melhora na minha vida” (Pescador A).

“Bom pela obtenção da embarcação” (Pescador O).

Observa-se que para estes pescadores o financiamento foi importante, pois conseguiram uma embarcação, trabalho para os filhos e conseqüentemente melhorias em sua vida. No entanto, para os abaixo citados, o financiamento só trouxe problemas ou aumentou o que já tinham, fazendo com que visualizem o crédito como algo negativo.

“Você sabe que pra mim, eu dizer pro senhor que pra mim não melhorou nada, Deus me perdoe, foi, eu tive muito foi prejuízo tá entendendo” (Pescador D).

“Pensei que era tábuas de salvação, mas foi de perdição” (Pescador J).

“Piorou pois fiquei individado” (Pescador F).

“Só piorou a nossa situação” (Pescador L).

“Eu creio que se pudesse ter um financiamento sério assim que nem vamos dizer a prestação, tipo um carnê todo fim de mês e tal se eles tivesse feito um negócio assim tinha dado certo, mas o negócio é que eles fizeram um negócio assim não deram um acompanhamento” (Pescador B).

Neste sentido, percebe-se que o financiamento foi um processo que inicialmente ajudou a melhorar a vida deste pescador. No entanto, com o passar do tempo, os problemas com a manutenção da embarcação e do motor e com a diminuição da produção fizeram com que os pescadores ficassem descontentes em relação ao financiamento obtido. O curto tempo de vida útil do apetrecho de pesca, a rede de emalhar, também contribuiu para o descontentamento final.

5.4 OS IMPACTOS DO FINANCIAMENTO

5.4.1 Impactos Sociais

Das organizações que obtiveram o financiamento, cerca de 80% foram criadas entre 1998 e 2000 (Tabela 3). Tal fato está relacionado à exigência do banco, pois para a obtenção do financiamento era preciso ter personalidade jurídica.

Segundo informações colhidas junto aos pescadores, a maioria dessas associações não se reúne com frequência, só esporadicamente. Em geral, o controle da documentação, os procedimentos administrativos e burocráticos da associação ficam nas mãos do presidente da entidade. O que leva a observar que não existe um processo de organização social e política da categoria por parte destas associações.

Tabela 3 – Organizações de pescadores, números de associados e data de fundação.

NOME DA ASSOCIAÇÃO	NÚMERO DE ASSOCIADOS	ANO DE FUNDAÇÃO
Associação dos Pescadores Artesanais da Vila do Bonifácio – APESVIB	14	?
Associação dos Ruralistas e Pescadores da Vila Castelo	20	1989
Associação dos Pescadores Artesanais de Bragança	20	1998
Associação dos Pescadores Artesanais de Bacuriteua	20	1999
Associação dos Pescadores Artesanais do Bairro da Aldeia	Sem informação	1999
Associação Artesanal Pesqueira Bragantina	12	1998
Associação Artesanal Pesqueira Taperaçú-Porto	18	1998
Associação de Pescadores Artesanais da Vila do Treme	20	1998
Associação dos Pescadores Artesanais de Caratateua	14	2000
Cooperativa Mista de Pesca Caeté Ltda – COMPECA	13	1990

Fonte: Nascimento, J., 2006.

5.4.2 Impactos Econômicos

No município de Bragança foram financiados 159 embarcações de pequeno porte, em madeira de lei, medindo 8 metros de comprimento, 3 metros de boca moldada e 1 metro de pontal. Segundo os pescadores a embarcação estava equipada com motor Yammar NSB 18, 1.800 RPM, com eixo inox e alternador 12 volts e bateria de 70^A.

No início dos financiamentos, observou-se que aumentou a oportunidade de trabalho. Cada embarcação levava em média 4 pescadores, gerando cerca de 636 postos de trabalho. Houve uma melhoria na tecnologia empregada pela pesca artesanal. Os pescadores trocaram a canoa à vela por embarcações motorizadas e houve a aquisição de apetrechos de pesca com maior poder de captura. Em geral, com a melhoria no poder de captura, houve um aumento da produção por pescador e, conseqüentemente, de sua renda familiar. Isto pode ser observado nos depoimentos, onde alguns pescadores destacam a importância do crédito com melhora em sua atividade e em sua vida.

Entretanto, vale ressaltar que o índice de inadimplência chegou a 98%, e em 2000 o BASA suspendeu os financiamentos com recursos do FNO para esta categoria.

5.4.3 Impactos Sócio-ambientais

O aumento no número de embarcações correspondeu a um maior esforço de pesca. Segundo as estatísticas do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte - CEPNOR, no período de 1996 a 2006, no município de Bragança houve um crescimento no número de embarcações de 400 para 722 unidades, cerca de 45%. Na figura 21, observa-se que houve uma redução no número de embarcações como a montaria e canoa à vela, entre 1996 e 2000. Em contrapartida, houve o aumento expressivo no número de barcos de pequeno e médio porte. O barco de pequeno porte, objeto do financiamento aqui estudado, passou de 127 unidades, em 1996, para 326 unidades, em 2006.

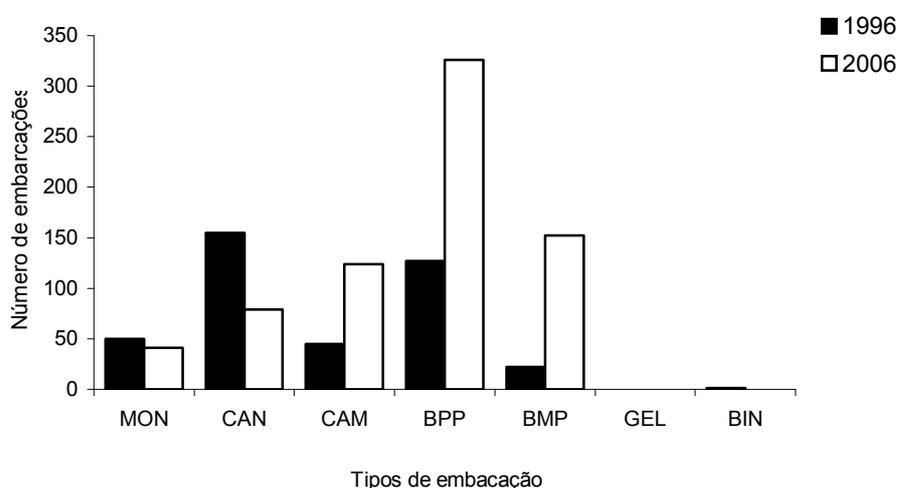


Figura 21 - Frota pesqueira cadastrada na região bragantina, entre 1996 a 2006. MON: Montaria; CAN, Canoa a vela; CAM, Canoa motorizada; BPP, Barco de pequeno porte; BMP, Barco de médio porte; GEL, barco geleiro; BIN, Barco industrial. Fonte: IBAMA/CEPNOR

Na figura 22, observa-se que a produção de pescado passou de 10 mil toneladas em 1996, para cerca de 20 mil toneladas em 1998 e 1999. Nesses dois últimos anos, a produção pesqueira foi duplicada. Porém, após este aumento expressivo, a produção pesqueira vem decaindo anualmente. Em 2004, atingiu valores próximos ao ano de 1996, anterior ao financiamento.

No mesmo período, observa-se que o número de embarcações passou de 400 unidades em 1996 para 1.028 unidades, em 2000. Isso representa um aumento de 2,6 no número de embarcações. Em 2004, o número de embarcações atuantes era de 770 unidades.

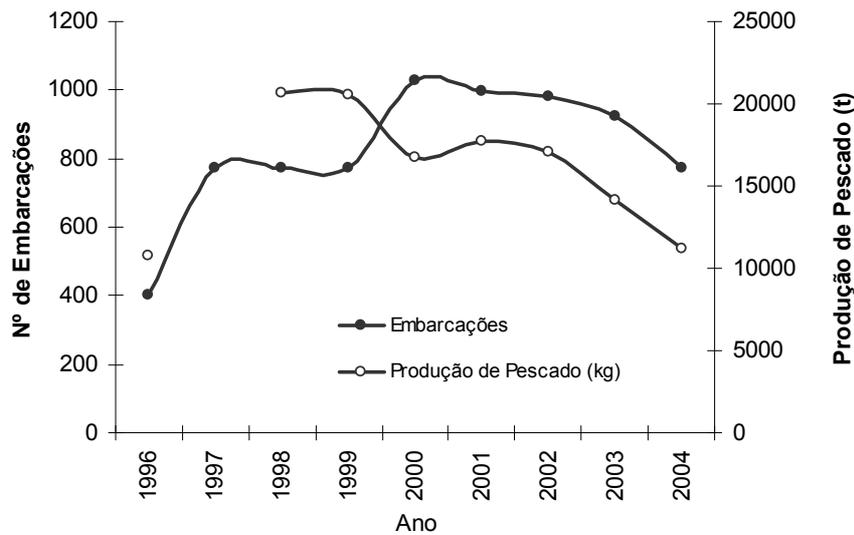


Figura 22 - Produção pesqueira e número de embarcações, no período de 1996 a 2004, em Bragança. Fonte IBAMA/CEPNOR.

Vale ressaltar que a produção de pescado apresentou uma tendência de crescimento em resposta ao aumento do esforço de pesca, número de embarcações, somente entre 1996 e 1999. Em 2000, quando o número de embarcações atingiu a quantidade máxima, a produção de pescado sofreu uma drástica redução. Em 2001, houve uma pequena recuperação. Após esse período, a tendência de queda da produção persistiu até que em 2004 o volume de captura de pescado foi similar ao de 1996.

Não houve uma correlação entre a produção de pescado e o número de embarcações ($r^2 = 0,200$). Isto é, o aumento do esforço de pesca, representado por maior número de embarcações, não correspondeu a um acréscimo na produção pesqueira (Figura 23).

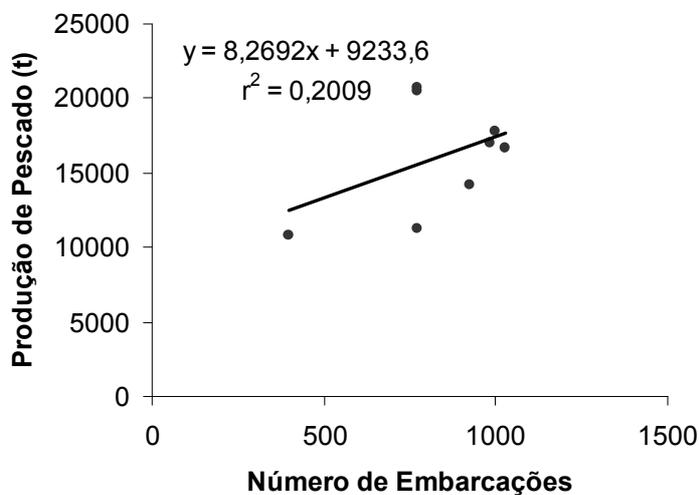


Figura 23. Correlação entre a produção de pescado e o esforço de pesca.

Inicialmente, quando o esforço de pesca passou de 400 para 773 embarcações, a produção atingiu cerca de 20.000 t. Porém, com o aumento do esforço para 1.028 embarcações, a produção caiu para 16.700 t. Em 2004, quando o esforço de pesca foi de 770 embarcações a produção chegou a 11.200 t.

Outro elemento considerado, diz respeito à diminuição da quantidade de peixes capturada e a distância dos pesqueiros. Segundo informações dos pescadores, no passado conseguia-se obter uma grande quantidade de peixes, sem precisar ir muito longe. Hoje, é diferente, é preciso ir “onde a vista não alcança a terra” para se poder obter uma boa quantidade de peixes.

Essa correlação entre o aumento no número de embarcações, o aumento do esforço e a diminuição da produção pode ser ratificada pelos seguintes depoimentos:

“Diminuindo é porque é, eu acho que é devido isso, é muita embarcação, porque naquele tempo tinha embarcação, mas não é como agora, você vê que cada tempo né, cada vez mais é fazendo barco, e então o peixe vai diminuindo também devido as embarcação, vai crescendo né?” (Pescador D).

“E mesmo o peixe ele diminui, e mesmo diminui e muito a safra do peixe, de uns tempo pra cá acho que foi muita rede, muita coisa, não é que nem antigamente né. É o que eu tô te dizendo, logo no início dava esse tanto de peixe que eu tô te dizendo, até mil e quinhentos quilos pescado” (Pescador B).

“Tinha muito peixe (*há 40 anos atrás*), você butava uma serreira e dava o lance, ia butando a rede, ia afundando, acabava de butar tava cheinha. A pescaria era boa, tinha pouco barco no mar, mas agora com essa quantidade de barco! Esses barcos grande aí, vão pro norte, esses barco de 20-30 toneladas, passa 30 dias, às vezes traz 5 mil quilos de peixe. Tem noite que eles botam, eles contam pra gente, num puxa nem para comer (Pescador N).

VI DISCUSSÃO

6.1 A REALIDADE DA PESCA ARTESANAL E A LÓGICA DO FINANCIAMENTO

No município de Bragança, a atividade pesqueira responde por boa parte da economia, representada tanto pela pesca industrial como pela pesca artesanal, no entanto, sua maior expressividade está na captura pela pesca artesanal (SILVA, 2004, BRAGA, 2002). Neste cenário, vale destacar a importância dessa modalidade para a economia regional, em particular, e a nível nacional. Diversos autores têm enfatizado a importância desse segmento como categoria social (MANESCHY, 1995; MALDONADO, 1993; NIERDELE & GRISA, 2006; SANTOS, 2006), além de sua contribuição econômica significativa no processo de abastecimento do mercado interno (MELLO, 1994; FURTADO, 1997; LEITÃO, 1995) ou da própria relação com o ambiente em que vivem e do qual retiram seu sustento, isto é, pela forma como interagem com o mar.

As operações de crédito (81%), com recursos do FNO se concentraram em Bragança, devido a importância da atividade pesqueira nesta região. Porém, verificou-se um elevado índice de inadimplência (98%). Pergunta-se: o que levou os pescadores a esse nível de inadimplência? Tais aspectos estão relacionados a vários fatores que foram acontecendo no decorrer do financiamento concedido, dentre os quais se destacam os problemas de manutenção da embarcação e do motor, a falta de assistência técnica, o precário relacionamento com o banco e a diminuição da produção. Para Isaac (2007), a incompatibilidade entre as prestações e a receita da produção é um elemento que leva à inadimplência dos pescadores.

Moraes (2000) em estudo realizado sobre a aplicação de recursos do FNO no setor agrícola e pecuarista observou que:

“No plano econômico, o uso intensivo dos *recursos do FNO vem contribuindo* para que o Pará consiga imprimir nos segmentos produtivos de pequeno porte um *certo dinamismo mercadológico*, com destaque para a criação de novas unidades produtivas. No plano social, o aspecto positivo se dá no nível da *ocupação de mão-de-obra e criação de empregos efetivos e temporários*, principalmente nos ramos da agricultura e pecuária (MORAES, *op. cit.*); grifos nossos”

Observação semelhante fez Costa (2000) em pesquisa sobre avaliação das aplicações do FNO na agricultura familiar, ao considerar que:

“Os resultados econômicos do ciclo de investimentos concomitantes as concessões creditícias do FNO a unidade camponesa até 1997, (...) deverão ser: (i) favoráveis à média do estado; (ii) favoráveis para a maioria dos municípios; (iii) favoráveis do ponto de vista macroeconômico; (iv) favoráveis para a maioria dos camponeses, cuja renda pessoal sofre impacto positivo; (v) favoráveis para o financiador - o BASA, dado que há potencial de ganhos reais substantivos” (Costa, *op. cit.*)

O referido autor ressalta que tais resultados podem ser acompanhados de riscos de inadimplência quando a capacidade produtiva não for transformada em capacidade de pagamento (COSTA, *op. cit.*). No estudo em questão, a capacidade produtiva do pescador artesanal não se transformou em capacidade de pagamento a médio prazo. Não foi possível visualizar o *dinamismo mercadológico*, nem o impacto positivo em relação à renda do pescador, pois a maioria dos pescadores entrevistados auferem uma renda que gira em torno de 1 a 2 salários mínimos. Dados do IBGE (2006) apontam que um trabalhador da indústria pesqueira ganha em média 1,7 salários, valores inferiores aos recebidos pelos trabalhadores da agricultura (2,5 salários) e do comércio (2,6 salários). Nierdele e Grisa (2006) estimaram a renda em torno de R\$264,00 para pescadores da lagoa dos Patos, RS. Santos (2006) estimou a renda de 1 salário mínimo para pescadores do rio Cuiabá, MT.

A renda obtida pelo pescador artesanal não é suficiente para sustentar uma família grande com mais de 5 pessoas. É interessante destacar dois estudos locais, onde se percebe a busca de outras fontes de renda, para ajudar no orçamento doméstico. GOMES (2004), em estudo na Vila dos Pescadores e na Vila do Bonifácio, observou que os moradores complementam sua renda através da venda de produtos e serviços aos veranistas, no mês de julho. Costa (2007), em estudo sobre a dinâmica de jovens-estudantes-pescadores na Vila do Bonifácio, observou que a maioria das famílias recebe uma ajuda financeira através do programa do governo federal, o *Bolsa Família*.

Tais questões remetem a própria situação deste pescador, que em virtude de sua atividade ser muito rotativa, dependente das condições climáticas, oscilações de maré, e mesmo das condições mínimas para sair para o mar, rancho, combustível, gelo, apetrechos de pesca, não possui uma renda fixa mensal. Deste modo, tem dificuldades de planejar as receitas e as despesas, de formar um orçamento equilibrado. Todas essas condições contribuem para a falta de capitalização do pescador artesanal a ponto de precisar do atravessador³, por exemplo, salvo raras exceções.

³ Atravessador: indivíduo capitalizado que financia o pescador antes de sua saída para o mar ou compra a produção desse, a um preço definido pelo mesmo.

“A dependência dos pescadores para com os atravessadores, que financiam as viagens de pesca em troca de fidelidade na venda dos produtos, e a falta de meios de transporte próprios para comercializarem diretamente os produtos da pesca e tornarem mais eficientes o fluxo da comercialização, podem ser considerados como os principais entraves a acumulação de capital” (ISAAC, 2006).

Ao estudar a política de financiamento do setor pesqueiro é preciso considerar os elementos delineadores desse processo. Isto quer dizer, entender como se elabora um programa governamental de incentivo à produção, seja no setor pesqueiro, seja em qualquer outro setor. Ao se fazer uma análise das políticas governamentais brasileiras nas últimas décadas, percebe-se que, em geral, essas políticas seguiram o padrão de acumulação capitalista, priorizando determinado segmento em detrimento de outro.

Em relação aos recursos pesqueiros, este processo não foi diferente. Os investimentos direcionados ao setor privilegiaram o segmento industrial em detrimento do artesanal. O financiamento destinado à implantação do pólo pesqueiro no Estado do Pará privilegiou o setor industrial, ao criar condições econômicas, financeiras e tecnológicas para que esse setor pudesse ampliar a frota pesqueira, melhorar o maquinário, os instrumentos de produção e de beneficiamento do pescado (MELLO, 1985).

O referido autor destaca ainda que os programas de desenvolvimento regional pouco contribuíram para a melhoria de vida daquelas populações que têm na pesca sua principal atividade econômica. Pelo contrário, tais programas ocasionaram grandes impactos ambientais e conflitos sociais, tais como a expulsão de moradores próximos às barragens, o desmatamento da floresta nativa, o crescimento acelerado das cidades médias e grandes (MELLO, *op. cit.*).

Nesta perspectiva, pergunta-se qual o sentido de uma política de financiamento, em especial, quando está direcionada a pesca artesanal?

A sazonalidade da atividade pesqueira requer do pescador grande esforço, investimento que nem sempre se dispõe. As dificuldades - intempéries, hábitos alimentares e migratórios dos peixes, horários das marés, época de reprodução - condicionam a realização de seu trabalho. Além disso, a dependência financeira, a situação sócio-política coloca o pescador artesanal diante de situações limites que acabam, muitas vezes, condicionando a dinâmica de trabalho e a vida social.

Silveira (1979) ao analisar a comunidade pesqueira de Primavera (PA) destaca a dependência dos moradores daquela Vila ao ciclo das marés e ao processo de comercialização, denominado de ‘aviamento’.

“Esses currais são quase todos financiados, pois poucos são os que têm condições de construí-los sem recorrer a algum comerciante local. Quando financiado, a dívida do curral é paga em peixe. Após a despesca, o curralista retira o necessário para o consumo de sua família e o restante, após ser salgado, é entregue ao financiador/comerciante para amortizar a dívida” (SILVEIRA, *op. cit.*).

No presente estudo, observou-se que essa realidade do pescador, aliada a ausência de conhecimento sobre o sistema bancário e maiores esclarecimentos sobre a dinâmica de um financiamento, se configurou como um elemento negativo ao processo.

Ao se discutir uma política de financiamento é preciso levar em consideração as especificidades que tal política requer, em virtude das particularidades da categoria em estudo (LEITÃO, 1995). Isto significa que é preciso compreender as peculiaridades do próprio pescador: baixo grau de escolaridade, ausência de participação nas decisões políticas, dependência econômica do atravessador, desconhecimento do sistema monetário financeiro, entre outros elementos.

No caso da escolaridade, observa-se que 92% dos pescadores pesquisados possuem apenas o ensino fundamental (1ª a 4ª série). Em estudo da SETEPS⁴ (2003) junto aos filiados das Colônias de Pescadores no Estado do Pará, foram observados índices de 78,9% de pescadores artesanais com escolaridade ao nível do ensino fundamental e 20,5% sem escolaridade. O que revela o baixo grau de escolaridade desta categoria. Resultados semelhantes foram encontrados por Nierdele e Grisa (2006) e Santos (2006), em pesquisas com pescadores da lagoa dos Patos (RS) e em duas comunidades ribeirinhas em Cuiabá, (MT), respectivamente.

Do ponto de vista de uma sociedade letrada, tal questão implica em dificuldades de relacionamento com a mesma quanto à exigência do conhecimento letrado, principalmente, quando se trata de questões financeiras. Nesses casos, os processos se tornam mais complexos em virtude da linguagem bancária ser de difícil compreensão para quem não tem letramento⁵. Souza (2006), ao analisar os níveis de alfabetismo e as atitudes dos sujeitos, observou que:

Os níveis de letramento (ou alfabetismo) dos clientes influencia nas atitudes dos mesmos em relação ao ambiente bancário, sendo este um fator que lhes favorece ou dificulta uma interação autônoma com este ambiente, influenciando sua capacidade de auto atendimento, de controle e planejamento de sua movimentação bancária e decisão, com o máximo de

⁴ Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social.

⁵ Letramento é o resultado da ação de ensinar a ler e a escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita (Soares, 2004).

discernimento, pela aquisição de novos produtos e serviços oferecidos pelo banco (Souza, *op. cit.*).

Moock (1981) *apud* Arima (2000) observou que baixos índices de escolaridade podem comprometer a capacidade de gerenciamento e administração do crédito rural. Arima (*op. cit.*) confirmou que produtores com nível fundamental completo apresentaram cerca de 10% de probabilidade de satisfação com o financiamento, em relação aos que não tinham estudo.

Uma outra questão diz respeito à assistência técnica necessária ao projeto⁶. Segundo os pescadores, o banco não disponibilizou um técnico ou uma equipe para acompanhar todo o desenrolar do processo. Os próprios pescadores não dispõem de entidade ou técnico que possa prestar tal serviço. Dessa forma, os pescadores ficaram à margem do que o banco informava ou do que conseguiam assimilar a partir do que o banco lhes informava.

É claro que pela cultura política existente em nossa realidade, tal questão remete à falta de autonomia destes pescadores, no sentido de estabelecer uma relação mais propositiva, seja com o banco, seja com a assistência técnica, seja com o atravessador ou seja com a própria categoria. Diferentemente do que aconteceu aos agricultores da região tocantina, onde “a adesão dos camponeses à luta pelo crédito bancário representou uma decisão autônoma da própria categoria, que a partir desse momento passou a tomar decisões nas instâncias representativas dos próprios camponeses” (SOUSA, 2002). Essa autonomia se contrapunha ao passado, no qual a relação com o crédito, até a década de 60, se dava através do comerciante (lógica do aviamento) e, posteriormente, década de 80, por meio da Igreja Católica.

No estudo em questão, embora a maioria dos entrevistados fosse filiado à Colônia tiveram de constituir Associações. Tal fato não conduziu a uma maior organização da categoria. Isto é, o fortalecimento da classe no sentido de enfrentar o poder econômico e o poder político local, discutindo e propondo melhorias para a categoria. Porém, houve uma manifestação pública realizada em frente à agência local do BASA⁷, a fim de sensibilizá-lo para retomarem as negociações da dívida.

No que se refere ao relacionamento entre o beneficiário e o banco, percebeu-se visões distintas do processo. Para o banco, o pescador é um beneficiário como outro qualquer, que tem obrigações financeiras a cumprir. Em caso de inadimplência o beneficiário terá o seu nome colocado na lista do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), SERASA ou na lista dos

⁶ No caso do FNO-Especial, a assistência técnica é um dos elementos básicos para obtenção do financiamento (TURA, 2000).

⁷ O liberal, 10/11/2004.

devedores ativos da união, já que os recursos do FNO são oriundos do Orçamento Geral da União. Na visão do pescador, a instituição bancária não o auxiliou quando era necessário. Não há uma relação de confiança entre a instituição e o pescador e *vice-versa*.

Neste sentido, ressalta-se a necessidade dos pescadores artesanais estabelecerem, como categoria organizada, uma outra relação, mais propositiva e menos reivindicativa junto ao agente financiador. Deve-se considerar que o FNO, enquanto fundo de financiamento e de desenvolvimento, é fruto das lutas de trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida (TURA, 2000; SOUSA, 2002).

Em relação à assistência técnica, sabe-se que a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, órgão estatal responsável por este serviço, foi quem elaborou os projetos. Um técnico da EMATER acompanhou o processo de construção, a entrega das embarcações e a produção dos pescadores durante o período de um ano. Uma técnica da empresa (comunicação pessoal) aponta a ausência de organização dos pescadores e o cronograma de desembolso dos recursos como entraves ao sucesso do projeto. As rubricas Investimento (embarcação, rede, etc.) e Custeio (óleo, gelo) foram pagas de uma única vez. No caso do custeio, apenas para a primeira viagem. Quando houve a necessidade do custeio em outros momentos, seja para o conserto e a reposição de rede, seja para compra do gelo, do óleo diesel, da própria manutenção do pescador, não houve outro aporte de recursos. A maioria dos pescadores descapitalizada não dispunha de recursos financeiros para custear a saída ao mar.

Nesse tipo de financiamento deve-se considerar a realidade social do beneficiado, seus limites e possibilidades. O financiamento deve ser um elemento de desenvolvimento e a assistência técnica, um instrumento pedagógico de promoção desse desenvolvimento (TURA, 2000). No financiamento do FNO para a pesca artesanal na região bragantina, os elementos supracitados não foram considerados. A concepção do financiamento foi vertical, feito de *cima para baixo*⁸. Nesse aspecto não se considerou o real potencial pesqueiro da região, a pouca experiência deste pescador com o crédito, a relação com os patrões (atravessador), a ausência de organização política da categoria, a falta de acompanhamento técnico, que acredita-se são fatores importantes num processo como este.

Tais fatores demonstram a necessidade de se repensar às políticas direcionadas à pesca artesanal, pois esta é uma atividade econômica de grande importância regional e nacional que

⁸ Este fato se tornou comum em muitas políticas executadas pelo governo brasileiro, i.e, a centralização das decisões no universo dos gabinetes de Brasília, sem levar em consideração as realidades locais.

abastece de pescado um mercado consumidor cada vez mais exigente. Há necessidade de garantir a reprodução social da categoria, bem como, garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, pois como se observou neste estudo a produção pesqueira vem diminuindo gradativamente.

Isaac *et al.* (2006b) apontam que o esforço de pesca na região amazônica vem aumentando e, conseqüentemente, afetando os estoques das espécies comerciais, como camarão-rosa (*Farfantepenaeus brasiliensis*), pargo (*Lutjanus purpureus*), gurijuba (*Aniulus parkeri*), pescada-gó (*Macrodon ancylodon*) e bandeirado (*Bagre bagre*). Silva (2004) ressalta a diminuição do tamanho e da quantidade capturada de pescada amarela (*Cynoscion acoupa*), espécie intensamente explorada na região.

No caso da piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*), a redução dos estoques já vem acontecendo desde a década de 90, quando a produção começou a apresentar tendência de queda, devido à intensa exploração da espécie (ISAAC *et al.* 1999). Isaac *et al.* (2005) registraram entre 1997 e 2001, uma tendência de declínio na produção da pescada-gó, gurijugba, bonito e caranguejo, no município de Augusto Correa.

Santos *et al.* (2005) advertem que a formulação de uma política ambiental que garanta a sustentabilidade dos recursos pesqueiros tem que levar em consideração as atividades impactantes como mineração, construção de barragens e estradas e a degradação dos rios. Neste cenário, percebe-se a necessidade do ordenamento adequado dos recursos pesqueiros. Mérona (1995) ressalta a necessidade do manejo em virtude da intensa exploração e do potencial ainda desconhecido de espécies. Para o autor tal procedimento poderia contribuir com o desenvolvimento econômico da região amazônica.

Estas questões, longe de ser um problema localizado ou regional, são mais abrangentes e estão relacionadas ao aumento da demanda em virtude do crescimento demográfico, ao aumento do esforço de pesca e, também, aos incentivos governamentais. Em geral, esses incentivos beneficiaram o setor industrial em detrimento do artesanal, criando conflitos ou ampliando os já existentes entre os pescadores que fazem do mar, seu espaço de sobrevivência. Esse fato foi observado por Nierdele (2006) em estudo feito na lagoa dos Patos, RS. A atuação das embarcações industriais impediu a entrada dos peixes nesta lagoa. Desse modo, os pescadores artesanais capturavam peixes de menor tamanho, prejudicando a produção e a renda dos mesmos.

Pergunta-se então, qual a lógica do financiamento? “*Garantir eficácia, aumentar a produtividade, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a*

distribuição de renda”, conforme diz o plano de aplicação do FNO? Considerando o montante investido (cerca de 3 milhões) e o retorno almejado (financeiro ou social), percebe-se no estudo em questão que esse retorno ficou aquém do esperado. Por um lado, a maioria dos pescadores deixou de pagar, tornando-se inadimplente perante o BASA e impossibilitada de obter crédito na rede bancária, enquanto for devedor da União. Porém, a maioria dos pescadores continua dependente da figura do atravessador.

Apesar dos aspectos negativos, observa-se a necessidade de programas governamentais direcionados à pesca artesanal. Para tanto, é imprescindível que os mesmos sejam amplamente discutidos com a categoria, levando em consideração as peculiaridades, as limitações, bem como a realidade atual dos recursos pesqueiros. Considera-se que a execução de uma política pública implica na utilização dos recursos públicos, priorizando um desenvolvimento que garanta sustentabilidade econômica, social e ambiental.

VII CONCLUSÕES

No presente estudo procurou-se realizar um diagnóstico do financiamento do Fundo Constitucional do Norte dirigido aos pescadores artesanais da região bragantina. Nesse sentido verificou-se que:

- O financiamento atendeu a 13 associações, com 237 pescadores beneficiados.
- O índice de adimplência foi de 1,2%.
- Os beneficiários possuem mais de 20 anos de atividade pesqueira e têm em média 50 anos.
- A maioria dos beneficiários possui o ensino fundamental incompleto.
- A maioria dos beneficiários tem a pesca como principal atividade econômica, capturam entre 500 e 1000 kg/viagem e possuem renda familiar de 1 a 2 salários mínimos.
- Os pescadores beneficiários visualizam o crédito como uma ajuda a sua própria condição mas que não correspondeu às expectativas.
- Várias associações de pescadores foram criadas no período de 1998 a 2000 pela necessidade de obtenção do crédito, em detrimento da mobilização e da organização da categoria.
- Os pescadores aumentaram a capacidade de produção com a obtenção da embarcação motorizada, porém tal fato não significou um aumento na renda familiar a médio prazo.
- O número de embarcações aumentou, mas não acarretou um aumento sustentável na produção pesqueira.

Neste sentido, conclui-se que o referido financiamento teve limitações que levaram ao seu insucesso, considerando os objetivos e as metas do FNO, como Fundo de Desenvolvimento e regional. As limitações se devem ao processo como o mesmo foi desenvolvido, desde a elaboração dos projetos, sem participação efetiva dos pescadores, pois estes não estavam acostumados a lidar com a realidade deste tipo de crédito, até a ausência de uma assistência técnica efetiva antes, durante e até o final do financiamento.

VIII CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que o financiamento deve ser um elemento dinamizador da economia local e regional, tendo o estado como o agente responsável pela fomentação, distribuição e mediação dos recursos, no âmbito de uma política pública.

Diante disso, na formulação de outros financiamentos dirigidos aos pescadores artesanais sugere-se:

- A garantia aos beneficiários de cursos formativos sobre o funcionamento do sistema bancário e do crédito. Ressalta-se aqui a importância das associações como instrumentos de participação cidadã na construção de políticas públicas.
- Assegurar a assistência técnica no decorrer de todo o processo, inclusive no acompanhamento da produção, avaliação, mensal ou anual. Adequando a capacidade de pagamento à atividade pesqueira.
- A realização de estudos de impactos ambientais sobre o potencial pesqueiro, as principais áreas de atuação da pesca, principais espécies-alvo, viabilizando, inclusive, um possível rodízio no uso dessas áreas.
- A garantia do diálogo entre o agente financiador e o beneficiário avaliando cada situação e verificando a melhor solução para obtenção do financiamento ou para a negociação da dívida, em caso de inadimplência.

Estas e outras considerações não devem ser abordadas isoladamente ou por uma única instituição. Como foi visto, o financiamento envolve várias instituições. Faz-se necessário trabalhar na perspectiva de se construir parcerias para que o objetivo principal do mesmo seja atingido, promover a inclusão e o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentáveis, garantindo, assim, qualidade de vida a esta e às futuras gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIMA, E. A distribuição espacial do crédito do FNO no estado do Pará. IN: TURA, L. (org) **Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará**. Brasília: Brasília jurídica; 2000.

BARBOZA, R. S. L. **Interface conhecimento tradicional-conhecimento científico: Um olhar interdisciplinar da etnobiologia na pesca em Ajuruteua- Bragança, Pará**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2006.

BARROS, A. **Lagostas comerciais da costa do Pará**. Caracterização genética e identificação de estoques lagosta. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2002.

BRAGA, C. **A atividade pesqueira de larga escala nos portos de desembarque do rio Caeté, Bragança, PA**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2002.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Fundo Constitucional do Norte**. Plano de aplicação dos recursos para 2005 a 2007. Disponível em www.ministeriodaintegracao.gov.br. Acesso em 19.mai.2006.

CABRAL, N. **Desenvolvimento da pesca artesanal no nordeste paraense: políticas públicas, capital social e participação**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Universidade Federal do Pará. Belém; 2002.

CARVALHO, M. **Aspectos da produtividade primária nos bosque de mangue do furo grande, Bragança, Pará**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2002.

COSTA, F. **Políticas econômicas e desenvolvimento regional sustentável: Uma avaliação das aplicações do Fundo Constitucional do Norte (FNO) na agricultura familiar da Amazônia. (o caso do Pará)**. Papers do Naea, UFPA. no 147. Belém; fev. 2000.

COSTA, N. **Participação juvenil na pesca artesanal da Vila do Bonifácio**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2007.

ESPÍRITO SANTO, R. 2002. **Caracterização da atividade de desembarque da frota pesqueira artesanal de pequena escala na região estuariana do rio Caeté, município de Bragança - Pará-Brasil**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). Universidade Federal do Pará. Bragança; 2002.

FURTADO, L. **Ocupação humana no litoral amazônico**. Belém: [s.n];1997.

GOCH, Y. **A comunidade íctia de uma lagoa no manguezal de Bragança, PA**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2002.

GOMES, I. A. **Turismo, ambiente e vida: estudo na ilha de Ajuruteua, Bragança, Pará**. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2004.

GUIMARÃES, D. O. **Aspectos sócio-ambientais da praia de Ajuruteua, Bragança, PA, (Brasil): Subsídios para o gerenciamento costeiro integrado.** Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2005.

IBAMA. **Estatística pesqueira. 1998.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 27. jun. 2006.

_____. **Estatística pesqueira. 1999.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 27. jun. 2006.

_____. **Estatística pesqueira. 2000.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 27. jun. 2006.

_____. **Estatística pesqueira. 2001.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 27. jun. 2006.

_____. **Estatística pesqueira. 2002.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 27. jun. 2006.

_____. **Estatística pesqueira. 2003.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 27. jun. 2006.

_____. **Estatística pesqueira. 2004.** Disponível em <<http://www.ibama.gov.br>. Acesso em 27. jun. 2006.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro. 2001.**

IBGE. **Sistema IBGE de recuperação rápida SIDRA.** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 31. ago. 2006.

ISAAC, V. **Rejeição de pescado nas pescarias da região norte do Brasil.** Arq. Cien. Mar. no. 32; Fortaleza; 1999.

_____. (Org.) **A atividade pesqueira no município de Augusto Correa-PA.** Ufpa. Belém; 2005.

_____. **Exploração e manejo dos recursos pesqueiros do litoral amazônico: um desafio para o futuro.** Revista Ciência e Cultura. Volume 58. nº 3. jul/ago. 2006.

_____. Diagnóstico da pesca no litoral do Estado do Pará. IN: ISAAC, V. (org). **A pesca marítima e estuarina do Brasil no início do século XXI: Recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais;** 2006b.

_____. **Jornal Beira do Rio. UFPA, Belém; 2007.**

LEITÃO, W. Pesca e Políticas Públicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi, Série Antropologia.** Belém; v. 11, nº 2. 1995.

MALDONADO, S. **Pescadores do mar.** São Paulo: Ática; 1984. (Série princípios)

_____. **Mestres e Mares.** Espaço e indivisão na pesca marítima. São Paulo: Annablume; 1993. (Selo universidade; 7)

MANESCHY, M. **Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada.** Belém: UFPA/NAEA. 1995.

MELLO, A. **A pesca sob o capital.** A tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA/CFCH. 1985.

_____. Capitalismo e empobrecimento na Amazônia: a contraface da modernização. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. **A Amazônia e a crise de modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Göeldi, 1994. p. 473-489. (Coleção Eduardo Galvão).

MÉRONA, B. Ecologia da pesca e manejo pesqueiro na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi.** v.11, nº 2. Belém; 1995.

MORAES, R. **Um enfoque das teorias de desenvolvimento aplicado as políticas de financiamento na Amazônia:** o Caso do FNO. Papers do Naea, UFPA. nº 133. Belém; fev. 2000.

MUHE, D. O litoral brasileiro e sua compartimentação. In: CUNHA, S.B; GUERRA A.J.T. (orgs) **Geomorfologia do Brasil.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1998.

NASCIMENTO, J. et al. **Relatório do Comitê Gestor da Pesca e Aqüicultura da Região Bragantina.** [S.l.: S. n.];2006.

NIERDELE P; GRISA, C. Transformações sócio-produtivas na pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos, RS. FURG. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental.** v. 16, jan. 2006.

OLIVEIRA, E. **Caracterização sócio-ambiental das comunidades de Tamatateua e Acarajó, nordeste do Pará.** Contribuição para a gestão integrada na resex marinha Caeté-Taperaçu. Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2007.

PARÁ. Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social. **A Pesca Artesanal no Estado do Pará:** perfil sócio-econômico e organizacional dos pescadores filiados às colônias de pescadores. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003.

PESCA artesanal em má fase. **O Liberal.** Paineleconomia. Belém, 10.nov.2004.

RIBEIRO, M. J. S. **Estudo sócio-ambiental em comunidades rurais da bacia hidrográfica do Caeté, PA.** Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) - Universidade Federal do Pará. Bragança; 2007.

ROCHA, R. et al. Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do nordeste paraense. In: XIMENES, T. (Org) **Políticas Pesqueiras nos países amazônicos.** Belém, UFPA/NAEA; 1996.

RODRIGUES, L. 2003. **Dinâmica populacional de Uricica Amarela (Cathorops spixxi sensu lato) no estuário do Rio Caeté, Bragança, Pará.** Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental) Universidade Federal do Pará. Bragança; 2002.

SANTOS, G. M; SANTOS, A. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Revista Estudos Avançados.** v.19, no 54. São Paulo; 2005.

SANTOS, L. **Dinâmica da pesca artesanal em duas comunidades ribeirinhas tradicionais do rio Cuiabá, MT:**uma abordagem ecológica. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas), Cuiabá; 2006.

SANTOS, S. **Estudos genéticos sobre molluscos da família Terenidae.** Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). Universidade Federal do Pará. Bragança; 2003.

SILVA, B. **Diagnóstico da pesca no litoral paraense.** Programa de Pós-graduação em Zoologia. Museu Paraense Emilio Goeldi. Universidade Federal do Pará. Belém; 2004.

SILVEIRA, I. Formas de aviamento num povoado pesqueiro da Amazônia. Belém: **Boletim do Museu Paraense Emílio Göeldi**, 11 (2); 1979. Série Antropologia.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2^a ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2004.

SOUSA, A. **Abordagem molecular para caracterização genética de espécies brasileiras de peixe-serra e cavala (Scomberomorus, scombridae, perciformes).** Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). Universidade Federal do Pará. Bragança; 2002.

SOUSA, A. **Desafios educacionais do ambiente bancário:** o banco enquanto espaço específico de uso social da linguagem escrita. Trabalho de Conclusão de Curso. Bragança, UFPA. 2006.

SOUSA, R. **Campesinato na Amazônia:** da subordinação á luta pelo poder. Belém, Naea; 2002.

TURA, L; COSTA. F. (org) **Campesinato e Estado na Amazônia:** impactos do FNO no Pará. Brasília: Brasília jurídica; 2000.

VALE, P. **Biologia reprodutiva do caranguejo ucides cordatus cordatus (linnaeus, 1763), no manguezal do estuário do Rio Caeté, Bragança, Pará.** Dissertação (Mestrado em Biologia Ambiental). Universidade Federal do Pará. Bragança; 2003.

Anexos

ANEXO 1 (Formulário de Pesquisa)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIOLOGIA AMBIENTAL
MESTRADO EM ECOLOGIA DE ECOSISTEMAS COSTEIROS E ESTUARINOS
PROJETO FINANCIAMENTO DA PESCA ARTESANAL
MESTRANDO: SEBASTIAO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR
ORIENTADORA: Profª. Dra. ZÉLIA MARIA PIMENTEL NUNES
FORMULARIO

1. Idade: _____
2. Escolaridade
 sem estudo
 fundamental (1ª-4ª série)
 fundamental (5ª-8ª série)
 médio
3. Cidade de origem:

4. Estado de origem:

5. Quanto tempo mora em Bragança?
 menos de 5 anos
 + 5 a 10 anos
 + de 11 a 15 anos
 + 16 a 20 anos
 + de 20 anos
6. Há quanto tempo pesca?
 menos de 5 anos
 + de 5 a 10 anos
 + de 11 a 15 anos
 + de 16 a 20 anos
 + mais de 20 anos
7. Outra atividade econômica
 Agricultura
 Comércio

8. Arte de pesca utilizada
 linha
 espinhel
 curral
 rede

9. Possui embarcação?
 sim
 não
10. Tipo de embarcação utilizada
 canoa a remo
 canoa motorizada
 barco

11. Com quantas pessoas o sr. Pesca?
 sozinho
 ate 5 pessoas
 de 6 ate 10 pessoas
12. Quantidade de peixe pescado por mês

13. Para o senhor o que é ser pescador?

14. Quantas pessoas o senhor sustenta com a atividade pesqueira?
 até 2 pessoas
 3 pessoas
 4 pessoas
 5 pessoas
 + de 5 pessoas

15. Qual sua renda mensal?

- menos de 350 reais
- + de 350 a 700 reais
- + de 700 a 1050 reais
- + de 1050 a 1400 reais

16. Sua casa é:

- própria
- alugada
- cedida

17. Tipo de construção?

- alvenaria
- madeira
- taipa

18. Quais eletrodomésticos possui?

- Fogão
- Geladeira
- Liquidificador
- TV
- Parabólica
- Rádio am/fm
- Dvd player
- Maq. de lavar

19. O senhor faz parte de alguma entidade representativa de pescadores?

- Sim
- Não

20. Qual?

- Colônia
- Sindicato
- Cooperativa

21. Como o Sr. obteve conhecimento sobre o financiamento para pesca artesanal?

- Através de colega
- Através da colônia/sindicato/cooperativa
- através do banco
- através do rádio/tv/jornal

outros meios _____

22. Para quê o Sr. obteve o financiamento?

- Apetrechos
- Custeio
- Motores e equipamentos
- Embarcação

23. Quanto o sr. já pagou do financiamento?

- de 0 a 25%
- de 25% a 50%
- de 50% a 100%
- não pagou

24. Se não porque?

- os juros são altos
- o peixe estava escasso
- _____

25. O que melhorou na sua atividade após a obtenção do financiamento?

- adquiriu o próprio barco
- aumentou a produção do pescado
- pratica o aviamento
- possui a os apetrechos de pesca
- outro

26. O que melhorou na sua vida após a obtenção do financiamento?

- Adquiriu casa própria
- Colocou os filhos na escola
- Adquiriu um meio de transporte

Equipou a casa

27. O que o Sr. acha do financiamento?
